



O jornal diário dos ancepianos.
12 de abril- 8h30

MANUAL DE CONTABILIDADE DEVERÁ TRATAR TAMBÉM DO CNPJ POR PLANO



O Manual de Contabilidade a ser lançado preliminarmente no quarto trimestre deste ano e, em seu formato completo e final, no início de 2020, como fruto de um esforço conjunto da ANCEP, ABRAPP e Fucape, deverá incluir uma parte relativa ao CNPJ por plano. A defesa dessa inclusão foi feita ontem pelo Presidente de nossa associação, Roque Muniz, ao falar na reunião realizada nesta quinta-feira (11) pelo **Grupo de Trabalho Ad Hoc Operacionalização do CNPJ por Plano**.

Roque Muniz também parabenizou a Abrapp e apontou o elevado padrão de qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelo GT que ela constituiu como exemplos da capacidade que o sistema e seus profissionais têm demonstrado de enfrentar tecnicamente os desafios colocados em seu caminho.

Geraldo de Assis Souza Jr, Coordenador do GT Adhoc, secretário-executivo do Conselho de Contabilidade da Abrapp e conselheiro da Ancep, na condição de expositor defendeu, entre outros pontos, que a análise dos impactos da adoção do CPPJ por plano seja estendida aos planos de saúde sob o regime de autogestão por parte de EFPCs.

Luís Ricardo Marcondes Martins (FOTO), Diretor Presidente da Abrapp, ressaltou a aprovação da Resolução que estabeleceu o CNPJ por Plano no final de 2018, fazendo em seguida um histórico das discussões, apresentação da minuta de proposta no segundo semestre de 2017, seguida da formação de Grupo de Trabalho dentro do CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar).

"Precisamos nos preparar para o processo de regulamentação e operacionalização do CNPJ por Plano. Queremos sair na frente e construir uma proposta bem fundamentada para apresentar aos órgãos reguladores", observou Luís Ricardo, complementando em seguida: "Queremos construir uma solução normativa para resolver as principais questões da operacionalização do CNPJ por Plano. Vamos assumir um papel pró-ativo na elaboração de uma proposta".

Um dos temas centrais é a discussão no GT envolvendo a transferência da propriedade de imóveis e o tratamento dado pela Resolução CMN 4.661. Dever ser buscada uma solução para reduzir a incidência de custos e tributos como o ITBI.

Sílvio Renato Rangel, Consultor da Abrapp, tratou em boa parte desse assunto, dizendo que irá analisar proposta para evitar a exigência de transferência da propriedade para novo CNPJ, sendo que uma das alternativas cogitadas é a transferência dos imóveis para carteiras administradas, mas isso dependendo de análise da regulamentação da CVM. A questão é saber se as carteiras administradas podem incluir os imóveis em sua estrutura.

Falou sobre a opção de transferência dos imóveis para Fundos de Investimento Imobiliário (FII) segundo a Resolução 4.661, notando na sequência que o "mercado de fundos imobiliários não tem liquidez suficiente para suportar o volume de imóveis das entidades fechadas"

Fruto da reunião, os trabalhos do GT foram divididos em quatro principais temas para aprofundamento de estudos e propostas. Começa pelos impactos contábeis, vindo a seguir os tributários, os ligados à CVM (análise sobre os imóveis e as carteiras administradas e os que se farão sentir sobre os planos assistenciais.

Ancep amplia conquista de novas associadas

A Direção da ANCEP vai ampliando os contatos e as iniciativas destinadas a conquistar novas associadas. sob o argumento fácil de comprovar que uma vida associativa intensa traz benefícios para todas as entidades, pelas muitas vantagens trazidas pelo compartilhamento de ideias e experiências e a força política a partir daí adquirida.

São igualmente lembrados os modestos valores vertidos a título de contribuição associativa e, em contraposição, o desconto concedido às associadas por conta da inscrição em eventos. Ao mesmo tempo em que a filiação fortalece o programa de educação continuada através de seminários, com isso fortalecendo a qualificação de nossos quadros de colaboradores.

VivaPrev chega aos R\$ 2,8 bilhões

Os planos administrados pela Fundação VIVA de Previdência encerraram 2018 com um patrimônio total de R\$ 2,84 bilhões e resultados superiores à média agregada das demais entidades, informa o **SITE DA VIVAPREV**.

O Plano VIVAPREV obteve rentabilidade de 12,55% em 2018, resultado que superou a meta atuarial de 7,31%. Já o Plano Geaprev, por sua vez, registrou retorno de 14,46% no período, também, acima da meta referencial de 7,57%.

Apoio dos deputados à aprovação da reforma da Previdência cresceu 34,9% em um mês e contribuição patronal poderá reforçar a capitalização

A Câmara dos Deputados já tem 201 parlamentares inclinados a votar pela aprovação da reforma da Previdência - 52 a mais do que em 13 de março, quando o **VALOR ECONÔMICO** publicou a primeira avaliação feita pela consultoria Atlas Político. O apoio à reforma, portanto, aumentou 34,9% em um mês. Um segundo jornal, a **FOLHA DE S. PAULO**, no entanto, registra que os partidos não se comprometeram com o calendário de votação previsto pelo governo, que tenta acelerar para que a etapa da comissão seja concluída antes da Páscoa. No **SITE DA REVISTA EXAME**, inclusive, o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PLS-GO) já aparece admitindo a possibilidade de que a reforma da Previdência seja aprovada no início do segundo semestre pelo Senado.

Capitalização - E o mesmo jornal traz a informação segundo a qual para reduzir resistências à capitalização, parlamentares discutem com o governo a possibilidade de incluir a exigência de contribuição patronal no texto da proposta de emenda à Constituição (PEC) de reforma da Previdência. A inserção seria feita por meio de emenda na comissão especial. Essa ideia ainda está em fase inicial e não tem o aval definitivo da equipe econômica, que preferia deixar para depois a discussão sobre a capitalização.

O ministro queria desonerar totalmente as empresas, deixando para o trabalhador sozinho fazer sua poupança. O problema é que, sem aporte patronal, a queda de renda ao final da vida é muito grande e isso tem sido usado para consolidar fortes ataques à reforma no Congresso. Aceitar uma contribuição patronal, ainda que menor que os 20% atualmente cobrado das empresas, seria um caminho para quebrar resistências e acelerar a aprovação da reforma. A calibragem da alíquota será crucial, mas já se sabe que uma contribuição de 17% não seria suficiente para garantir 100% de renda para o trabalhador, após descontar a parcela que iria para o fundo solidário - mecanismo que visa garantir uma renda mínima para os participantes da capitalização. O ministro, contudo, ainda resiste à ideia.

Mas a **FOLHA DE S. PAULO** traz em sua coluna política uma notícia importante a respeito: Partidos de centro e de centro-direita discutem pregar publicamente a exclusão do sistema de capitalização da reforma da Previdência como condição para o avanço da proposta no Congresso. Esse trecho é vendido pela equipe econômica como um dos pilares do projeto montado pelo ministro Paulo Guedes, mas se tornou alvo de forte resistência. A ideia é colocar a capitalização no mesmo pacote das mudanças no BPC e na aposentadoria rural, que já foram descartadas pela maioria das siglas.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já havia dito que, "da forma como está", o sistema de capitalização é indigesto. Agora, porém, nomes de legendas como o PP e o PSD dizem que é melhor extirpar essa parte da proposta. Os críticos à criação do sistema dizem que ele é inviável para os mais pobres, com renda de até dois salários mínimos, e que, dada a sanha do governo por enxugar os bancos públicos, como a Caixa e o Banco do Brasil, a capitalização poderia ser usada para alavancar instituições financeiras privadas.

No **SITE SOS PETROS**, Fábio Henrique de Sousa Coelho, diretor superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) surge dizendo que o marco regulatório da previdência complementar pode contribuir na implantação das novas regras da previdência capitalizada, a serem discutidas e estabelecidas após a aprovação da PEC da Reforma, neste ano. Nesse sentido, o aperfeiçoamento contínuo das regras e a atuação e desempenho da autarquia na saúde do setor podem ser considerados benchmarking a ser considerado na regulação da nova Previdência.

Ele aponta em entrevista à revista Investidor Institucional, a judicialização dos casos de equacionamento de déficit nos planos de Benefício Definido, assim como a redução na quantidade de fundações, e a criação de novos planos, como o família, o setorial e os para funcionários públicos estaduais e municipais como os principais desafios para a Precvic e o setor em 2019.